

**GT 10 – campesinato e conflitos fundiários na América Latina.****O quilombo na cidade: Notas etnográficas sobre uma ocupação quilombola<sup>1</sup>**

Claudiane de Fátima Melo de Sousa (NAEA/UFGA)  
Petrônio Medeiros Lima Filho (PPGSA/UFGA)

**RESUMO**

Desde que foi garantido pela Constituição Federal de 1988 o direito à regularização fundiária de seus territórios, as comunidades quilombolas têm enfrentado diversos desafios, que passam por sucessivos cortes no orçamento, normas que tornam o processo longo e excessivamente burocrático e ainda infundáveis prazos contestatórios que deixam os processo em suspenso. No intuito de romper com esta ofensiva contra os direitos territoriais quilombolas em maio de 2017 a Coordenação das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará- MALUNGU organizou a primeira ocupação quilombola da história do INCRA SR01 em Belém, recolocando na pauta a questão quilombola e (re)criando “um espaço quilombola” na cidade de Belém. Neste artigo, com base em observação participante e entrevistas, apresentamos esta ocupação e os novos delineamentos do movimento quilombola a partir dela.

Palavras-chaves: Resistências. Quilombola. Ocupação quilombola.

**1. INTRODUÇÃO**

Em 08 de maio de 2017 dezenas de quilombolas oriundos de comunidades de diversos municípios paraenses surpreenderam servidores e a direção da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Pará (SR01) quando chegaram com à SR para ocupa-la. O objetivo era pressionar os gestores do órgão a dar respostas práticas à política de regularização dos territórios quilombolas que estão sob a jurisdição do INCRA.

A aludida surpresa que esta ação causou nos servidores e direção do INCRA SR01 não estava relacionada a uma ausência de ações de ocupação na instituição, pois ao longo de anos, movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e outros

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF



têm recorrentemente ocupado o órgão com intuito de pressionar o INCRA a dar celeridade no atendimento de suas pautas.

A surpresa também não estava relacionada a uma suposta ausência de motivos que justificassem uma ação como esta por parte dos quilombolas, pelo contrário, é notório que apesar do direito à titulação de seus territórios e a outras políticas públicas, como assistência técnica, os pleitos das comunidades quilombolas não têm sido atendidos, principalmente o direito a regularização de seus territórios.

Ano após ano a política de regularização de território quilombola vem sofrendo sucessivos cortes. Ao analisarmos a série histórica do orçamento para regularização dos territórios quilombolas averiguamos que em 2004 o orçamento do INCRA foi na ordem de quatorze milhões, já em 2017 o orçamento foi de quatro milhões e cem mil reais e 2018 apenas pouco mais de um milhão e oitocentos mil.

A sucessiva diminuição no orçamento para regularização dos territórios quilombolas tem como resultado o agravamento da lentidão na implementação desta política, tornando a situação das comunidades quilombolas ainda mais dramática, tendo em vista as constantes violações de seus direitos territoriais e da sua integridade física.

A violência que sofrem as comunidades quilombolas por parte de seus litigantes se agrava com o arrastado ritmo em que segue a regularização dos territórios quilombolas.

Apesar desse quadro, ao reivindicar seus direitos nunca antes na cidade de Belém, capital do estado do Pará, tantas comunidades haviam se mobilizado para uma ação mais direta, como a vivenciada em maio de 2017. A surpresa generalizada estava justamente na mudança de atitude dos quilombolas que ao longo dos anos tem feito seus movimentos a partir dos espaços de participação institucionalizados, como conselhos e seminários realizados pelos movimentos sociais e sucessivas reuniões na SR ou mesmo participação em eventos em Brasília.

Os quatro dias em que os quilombolas ficaram nas dependências do INCRA e realizaram seu movimento foram marcados por intensas mobilizações. Pessoas de várias comunidades quilombolas se juntaram ao movimento, além de aliados dos quilombolas como professores e estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da



Universidade Estadual do Pará (UEPA), incluindo estudantes negros que acessaram as universidades pelo sistema de cotas raciais. A ocupação quilombola também contou com apoio do Centro de Defesa do Negro no Estado do Pará (CEDENPA), da Associação dos Discentes Quilombolas e de outros movimentos sociais.

O ineditismo desta ação do movimento quilombola pode ser auferido na intensa cobertura jornalística que foi dada pela imprensa ao caso, com equipes dos principais canais de televisão paraenses que estiveram na sede do INCRA ao longo destes quatro dias, realizando matérias diárias e veiculando-as no rádio, televisão e internet. Na última reunião entre os quilombolas e a direção do INCRA durante a ocupação, que contou com a participação de um representante do INCRA sede de Brasília, pelo menos três canais de televisão tinham equipes acompanhando e registrando a reunião, fazendo entrevistas.

Durante este período também nós, servidores do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SRTQ) INCRA SR01 fomos demandados pelo movimento quilombola e direção da Superintendência Regional para produzir relatórios circunstanciados com a situação de cada processo formalizado no INCRA a fim de que o movimento e a direção do INCRA tivessem informações precisas e assim pudesse tratar de cada caso com suas respectivas especificidades.

A ocupação encerrou-se com uma audiência com grande participação dos quilombolas, e com as presenças da MALUNGO, Promotoria da Vara Agrária, Ministério Público Federal (MPF), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto para a Conservação da Biodiversidade Chico Mendes (ICMBio), Superintendência de Patrimônio da União (SPU), Centro de Estudo e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), comissão de direitos Humanos da Ordem dos Advogados Brasileira (OAB) e diversos grupos apoiadores da causa quilombola.



Nesse período, com servidores do INCRA e lotados no serviço de regularização de territórios quilombolas, sistematizamos uma série de informações para o movimento, mas também já começamos os registros daquelas ações que foram muito diferentes de todas as que já havíamos presenciado ao longo de anos no órgão.

Depois da ocupação procuramos a coordenação da Malungu, que é composta por membros de diversas comunidades quilombolas do Estado e buscamos aprofundar o entendimento daquele momento a partir dos significados atribuídos pelos próprios quilombolas sobre esta ação, experiência, movimento.

Com este intuito realizamos entrevistas preliminares com alguns quilombolas, o recorte inicialmente foi entrevistar quilombolas que são lideranças nas suas comunidades, que tenham relação orgânica com a MALUNGU e que tenham participado da ocupação.

---

<sup>2</sup> Fotos do auditório e da mesa na reunião final da ocupação. Fotos de Petrônio Medeiros.



Neste artigo apresentamos uma primeira reflexão a partir destes diálogos iniciais posteriores a ocupação, aos quais interpretamos juntamente com as impressões que tivemos ao participar intensamente deste momento e dos sentidos atribuídos pelos protagonistas desse movimento.

Como técnica de investigação adotamos a entrevista etnográfica, que tem como característica principal a não diretividade, ou seja, concebemos a entrevista como um encontro de distintas reflexividades [a do antropólogo e a do(s) interlocutor (es)], onde se produz uma nova reflexividade.

Tendo isto em vista, as entrevistas foram conduzidas a partir de perguntas tema em que os interlocutores puderam expressar suas categorizações sobre o assunto, a partir das respostas fazíamos perguntas de aprofundamento utilizando a técnica do gancho. (GUBER, 2011).

A não diretividade na entrevista parte do pressuposto de que aquilo que pertence à ordem afetiva é mais profundo e mais significativo e determinante dos comportamentos que o comportamento intelectualizado (MICHELAT *apud* THIOLENT 1982:85, S/D), este suposto, afirma Rosana Guber “resulta em la obtención de conceptos experienciales (...) que permitan dar cuenta del modo em que los informantes conciben, viven y asignan contenido um término o uma situación. (GUBER, 2011, p. 81).

Dada nossa experiência enquanto agentes públicos que convivem com sucessivos movimentos de ocupação do INCRA por outros movimentos sociais, o artigo também contém nossas reflexões acerca dos contrastes entre a ocupação quilombola e a ocupação de outros movimentos, as diferenças estão sobretudo em virtude do grande marcador que diferencia os quilombolas dos outros grupos e movimentos sociais, a identidade étnica em torno da qual gira todo o *ethos* de luta e movimento quilombola. Devido a situação de conflito e violência vividos por essas comunidades quilombolas e que afeta principalmente suas lideranças optamos por não identificar nossos entrevistados.



## **2. A OCUPAÇÃO QUILOMBOLA: “NÓS NÃO SOMOS COMO OS OUTROS MOVIMENTOS, NÓS SOMOS DIFERENTES E QUISEMOS MOSTRAR ISSO!”<sup>3</sup>**

### **2.1- Antecedentes**

*No Brasil, o expressivo número de comunidades quilombolas, composta quase que exclusivamente por trabalhadores e trabalhadoras rurais negros e negras, começou a despertar a atenção de vários setores da sociedade brasileira. Essa emergência das comunidades quilombolas não foi algo que aconteceu de forma involuntária. Essa visibilidade tem suas origens na crescente organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e na ascensão do movimento negro brasileiro, enquanto movimento político organizado que afirma a identidade étnica inserida no conjunto das lutas dos(as) quilombolas pela posse de suas terras centenárias.(projeto Vida de Negro/Centro de Cultura Negra-MA, 2010 , p. 296).*

O Brasil passou por mais de trezentos anos de escravidão e longe de negros e negras ter sido passivos ao cativo, as muitas lutas, por vezes ignoradas na história oficial, rebeliões, revoltas e a organização dos quilombos é mais que uma evidência das resistências do povo negro, neste sentido, os quilombos, afirma a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas:

*representaram, durante o regime colonial e imperial, uma forte estratégia de resistência negra e um elemento de desestabilização da lógica escravista, uma vez que se constituíam como ruptura social, ideológica e econômica com o modelo vigente. (CONAQ, 2010, p. 272).*

A Lei de terras de 1850 foi um grande golpe nas comunidades rurais, em especial as comunidades rurais negras que ao longo dos séculos acessaram a terra de diversas modos, como compras, heranças, doações de antigos senhores, prêmios por participação em guerras, dentre outras formas desconsideradas pela Lei de Terras. Deste modo, já na era colonial as comunidades negras enfrentaram o vilipêndio do direito às suas terras, hoje sua principal bandeira de luta.

A CONAQ (2010) esclarece que atualmente a titulação dos territórios quilombolas tem sido a maior bandeira do movimento negro, isto porque “é a partir do território que a comunidade constrói e concebe seus mais importantes aspectos educacionais, de saúde, de sustentabilidade, enfim, seus aspectos sociais, culturais, econômicos e históricos.” (p. 280).

---

<sup>3</sup> Fala de uma das pessoas entrevistadas.



No Estado do Pará a luta enfrentada para a titulação dos territórios quilombolas não tem sido diferente das lutas empreendidas em outras partes do país, isto porque há muitas resistências ao reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas que se manifesta na busca constante da negação do negro, seja enquanto indivíduo, seja enquanto coletividade.

Assim como a abolição da escravatura não significou o fim do calvário de negros e negras e nem se traduziu em liberdade de verdade, a garantia constitucional do direito à titulação de seus territórios também não tem sido implementadas, isto porque a despeito das legislações, há outros dispositivos e práticas institucionais que retardam o ou mesmo invisibilizam a efetivação desses direitos fundamentais e primordial para o acesso a outros direitos, trata-se do racismo institucional, o chicote de hoje.

Aderval Costa Filho (2016) aponta que em se tratando das comunidades quilombolas a maior parte das denúncias de violação de Direitos Humanos está relacionada à questão da terra/território e envolvem:

(...) lentidão no processo de regularização fundiária, despejos e reintegração de posse de terra violentos e ilegais, expansão desordenada e criminosa da fronteira agrícola pela monocultura, da fronteira minerária, da matriz energética, trabalho escravo, grilagem de terras, ações de intimidação, violência e agressão armada, omissão do judiciário ou conivência ante práticas ilegais de grandes proprietários (incluindo o Estado), falta de apoio técnico e de serviços públicos para grupos etnicamente diferenciados, contaminação por agrotóxicos, etc... (COSTA FILHO, 2016, p. 276)

Todo esse grupo de violação de Direitos Humanos tem sido vivenciado pelas comunidades quilombolas no Estado do Pará. Sendo a lentidão na regularização fundiária o calvário comum a todas, constituindo esta violação “o pecado original”, haja vista que a falta de regularização fundiária encoraja toda forma de violência contra as comunidades quilombolas.

O’Dwyer (2016) afirma que a titulação coletiva dos territórios quilombolas é um projeto político de luta pela autonomia dos modos próprios de fazer, criar e viver e isto alimenta o espírito de luta por direito a ter direitos, afirma Ilka Leite (2016) é obra da:

(...) formação da consciência libertária introduzida desde a África no Brasil pelas revoltas e rebeliões, como a marca inconfundível das lutas pan-africanistas nos contextos das chamadas diásporas, que foram gestadas nos séculos anteriores, mas que se tornaram mais fortes e visíveis e se ampliaram em todo cenário político mundial durante o século XX. (LEITE, 2016, p. 290).



Não obstante toda luta pelo direito a ter direitos, as comunidades quilombolas têm no âmbito legal seus maiores desafios, conforme assevera Costa Filho (2016) ao enumerar diversas medidas que visam sobrepor-se e restringir o direito constitucional de titulação dos territórios tradicionalmente ocupados.

Na época em que Costa Filho escreveu seu artigo e também no período da ocupação quilombola estava em votação no Supremo Tribunal Federal a ADI 3239, impetrada pelo PFL (atual DEM) contra o Decreto 4887/2003 com o fito de tornar este inconstitucional. O Decreto em questão é o principal instrumento legal que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimentos, demarcação e titulação de territórios quilombolas.

Além da ADI 3239 ainda tramitam o PL 1836/2011, arquivado e desarquivado em 2015 e que propõem a regulamentação do artigo 68 do ADCT, no qual o título para comunidade quilombola seria feito a partir de reivindicações pessoais, sendo a titulação desses territórios apenas em zona rural e não poderia ser feito para pessoa jurídica como vem ocorrendo atualmente.

Tem ainda a PEC nº 215/2000 que visa acrescentar o inciso XVIII ao art. 49; modificar o § 4º e acrescentar o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. O objetivo desta PEC é incluir dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.

Conteúdo semelhante tem a PEC 161/2007 que objetiva incluir como atribuição do congresso a demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas, por ter conteúdo semelhante à PEC 215, mas acrescer os quilombolas, a PEC 161/2007 foi apensada à PEC 215.

Não podemos esquecer que na época estava em finalização a CPI FUNAI/INCRA 2 a qual, no caso da regularização dos territórios quilombolas trabalhou com a tese de que o Decreto 4887/2003 era inconstitucional e na certeza desta linha o deputado Federal Nilson Leitão apresentou denúncias contra servidores do Rio Grande



do Sul, o que na época chegou a ser acatado pela sede do INCRA e gerou uma movimentação por parte de outras SR's e até da Associação Brasileira de Antropologia.

PL's, PEC's e a CPI fazem parte de um mesmo plano ardiloso de tentativa de deslegitimação do trabalho dos antropólogos, perseguição a quem trabalha com a política de regularização de territórios quilombolas, sucateamento do INCRA, perseguição aos movimentos sociais e tentativa de controle legislativo sobre a regularização dos territórios, com o fito de atender aos interesses de ruralistas e grandes empresas e até mesmo de pequenas oligarquias que estão em litígio com comunidades quilombolas, ou mesmo especulando sobre esses territórios.

Além desses desafios, Costa Filho cita outros que estão no âmbito do processo extremamente burocratizado e sujeito a querelas políticas alheias (e às vezes) contrárias aos interesses das comunidades quilombolas. Cita o fato da aprovação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) está sujeita ao Conselho de Decisão Regional (CDR) em que participam os chefes das Divisões de Administração, Desenvolvimento, Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Terras, a chefia da Procuradoria Federal Especializada e o superintendente, sem que o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SRTQ) tenha assento, ainda que possa ser convidado a participar, tem direito a voz, mas não tem direito ao voto.

Estrutura semelhante é a do Conselho Diretor, mas em escala nacional, sendo composto pelos Diretores às quais as Divisões acima mencionadas fazem parte, o chefe da PFE INCRA/sede e o presidente. Todas essas são instâncias internas de decisão do INCRA que não contam com uma divisão técnica, sendo as decisões muito mais de cunho político.

Para exemplificar sua preocupação Costa Filho cita o caso do Quilombo Gurutuba, em Minas Gerais, em que a aprovação do RTID levou mais de dez anos porque os membros do CDR não chegavam a um consenso sobre a pertinência e aceitação do referido documento, sem o qual não há como prosseguir qualquer ação de reconhecimento e regularização do território quilombola.

Some-se a isto um memorando circular de 2013 em que o então presidente do INCRA acresce (ilegalmente) aos procedimentos a exigência de que o SRTQ das



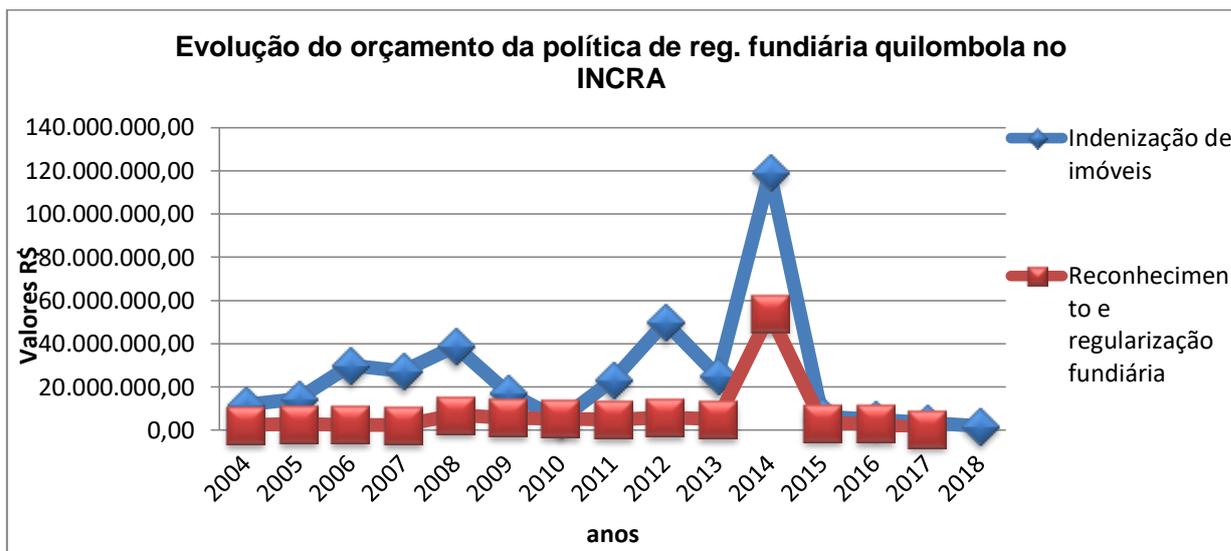
superintendências, após o RTID aprovado no CDR, preencha uma ficha resumo do RTID a ser apreciada pela Diretoria de Ordenamento Fundiário em Brasília, e somente após análise e concordância desta, poderá (ou não) ser descentralizado orçamento e financeiro para publicação do RTID.

Estes são só alguns exemplos das barreiras, ou diques nos dizeres de Costa Filho, que devem ser rompidos para que se tenha a efetivação dos direitos territoriais quilombolas, que em última instância é o direito à vida, à identidade, à reprodução social e física, o direito à identidade, à diferença e a viver de acordo com seus modos e costumes, ou seja, mais que direitos de cidadania, a efetivação dos territoriais quilombolas são Direitos Humanos.

Como vimos em exemplos anteriores, o racismo institucional tem marcado de modo indelével a relação entre comunidades quilombolas e Estado e por isto a efetivação dos direitos constitucionalmente garantidos não tem sido fácil, nem ágil. Até 2003 a Fundação Cultural Palmares emitiu apenas 17 títulos em favor das comunidades quilombolas.

A partir do Decreto 4887/2003 a responsabilidade pela titulação passou a ser do INCRA e de acordo com levantamentos feitos junto ao INCRA temos que de 2004 até 2017 foram abertos 1.715 processos de regularização de territórios quilombolas, destes 259 estão com RTID, 141 com portarias reconhecendo os limites do território quilombola, 82 com Decreto de reconhecimento do território quilombola e autorização para proceder as desapropriações dos imóveis que incidam sobre o território e 116 territórios titulados, ou seja, 1.117 processos ainda estão abertos sem que tenha iniciado ou concluído a primeira fase que é a fase de estudos.

Este resultado fica muito aquém das necessidades e demandas do movimento quilombola, com tendência de piorar. O orçamento público federal para atender a política de regularização de territórios quilombolas, nos últimos anos, tem passado por sucessivos cortes, ao ponto de passar de 25 milhões em 2015 para apenas 5 milhões em 2016, sendo a ação de indenização dos imóveis a serem desintrusados para titulação a que sofreu maior baixa.



Fonte: [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br) – Elaboração dos autores.

Fernando Prioste (2016) aponta que na contramão dos corte na política de regularização de territórios quilombolas, o setor de cana-de-açúcar recebeu no final do ano de 2015 um bilhão e meio de reais para financiar o plantio de 400 hectares de cana. O autor ressalta que ainda hoje, a mesma indústria açucareira que utilizou por quase quatro séculos a mão-de-obra escrava de negros e negras tem apoio e financiamento político absolutamente desproporcional quando comparadas com as demandas quilombolas.

Diante do quadro incipiente de regularização fundiária, o Pará foi notícia nacional por ser a unidade da federação que mais titulou territórios quilombolas. Num processo menos burocrático que o rito estabelecido pelo Decreto 4887/2003 e pelos normativos internos do INCRA, a titulação realizada pelo ITERPA tem sido de fato mais célere.

Em que pese os méritos dessa política, há casos em que o Estado não procede a desintrusão do território e acaba titulando uma área ínfima que não garante a reprodução física, social e cultural das famílias, nem as livra das dificuldades advindas das pressões sobre seus territórios. No caso da comunidade quilombola de Piratuba em Abaetetuba a terra onde viviam os ancestrais dos quilombolas, onde é o sítio arqueológico, ficou sob o domínio de um produtor de mandioca que veio de Santa Catarina e lá se estabeleceu.



É por estes e outros desafios que o movimento quilombola vem se articulando para vencer uma luta que é contra o aparato do Estado, contra a ofensiva do capitalismo sobre seus territórios, ou seja, contra um conjunto de práticas e aparato que chamamos de racismo institucional.

### **A organização da ocupação quilombola, um exemplo de ação direta**

O quadro que ora delineamos é apenas para apontar o que os quilombolas nas mais longínquas comunidades sabem, porque vivenciam os resultados do desenho político por qual passa o país, como evidencia uma de nossas interlocutoras: “(...) não sei há quantos anos não sai um título para as comunidades quilombolas”, outra interlocutora reforça “(...) a gente vem convivendo com a esperança de que ano que vem sai o título, ano que vem sai o título e o título nunca sai. Pra gente a conquista do título é de suma importância por conta desses conflitos que a gente está vivendo e sobrevivendo”.

A realização da ocupação quilombola no INCRA SR01 não foi fruto de um impulso momentâneo ou de algo decidido de uma hora para outra, de fato, nas entrevistas que realizamos ficou evidente que a ocupação quilombola do INCRA foi uma proposta que veio sendo amadurecida ao longo de anos e que devido ao acirramento da ofensiva contra as comunidades quilombolas, foi a carta na manga que o movimento recorreu.

Os entrevistados indicam uma ação realizada pelos quilombolas no INCRA no ano de 2008 como um marco que gerou as primeiras reflexões e proposições no sentido de uma ação direta mais radical. Naquela ocasião os quilombolas fecharam a porta do auditório em que se realizava uma reunião com representantes de vários órgãos públicos e decidiram que só sairiam dali com uma resposta concreta para suas demandas. Os entrevistados lembram que até 2008 o INCRA não vinha fazendo nenhuma ação, principalmente no Marajó e depois desse ato, conseguiram alguns avanços.

Diante da letargia na qual a política de regularização de territórios quilombolas submergiu novamente e das consequências negativas para as comunidades, evidenciadas pelos tantos relatos de violência contra os quilombolas, entre os quais o caso da violência contra a comunidade quilombola de Gurupá é sempre evidenciado como um



dos exemplos mais emblemáticos, a decisão de ocupar a SR 01, segundo os entrevistados, era uma decisão de vida ou morte, literalmente.

(...) Principalmente do Marajó que são muitas comunidades e que temos muitos conflitos com fazendeiros e agora arrozeiros. E aí nós do Marajó sempre pensamos assim, tem que fazer alguma coisa... as coisas estão muito paradas, tão muito paradas, as comunidades estão sofrendo ameaça, morte... a morte do seu Lalor (...) o pessoal do Gurupá com o que vinha acontecendo, das ameaças, das proibição deles tirarem o açaí deles e também atentados... o pessoal ia pro mato cultivar seu açaí e o (fazendeiro) ele mandava seus capangas pro mato, aí acontecia muita coisa lá. Eles atiravam nos quilombolas, e aí a polícia de Cachoeira do Arari ia junto, prenderam quilombolas. E aí tudo isso, pensamos, temos que forçar a Malungu a fazer uma ocupação ou coisa assim.

As lideranças, principalmente da região do Marajó, viam que a ocupação era a saída, mas por diversos motivos a ocupação ficou anos sendo gestada, conforme expressa a fala a seguir e que foi comum a todos os interlocutores:

Essa ocupação do INCRA já era uma proposta antiga, mas como a companheira ressaltou, a gente não tinha experiência nesse campo e, tão pouco, estrutura. Então a gente não sabia como ia fazer essa ocupação. Quando um queria, um grupo tava assim mais firme o outro fraquejava porque não sabe, não sabia mesmo como lidar com isso.

Além da questão da falta de experiência, recursos financeiros e infraestrutura para arcar com uma ocupação de um órgão, a questão da segurança também pesou muito e este temor embalou as resistências à ocupação entre os próprios quilombolas, pois temiam represálias dos fazendeiros que conflitam com os quilombolas pela posse da terra.

Nós tínhamos medo de algo acontecer, da gente vir pra ocupação de ter pessoas infiltradas pelos fazendeiros, pelas coisas que tão acontecendo, (...), então isso faz com que nós lideranças tenha um pouco de medo. Até porque a maioria das lideranças tem família, tem filhos, então a gente vem pro movimento, vem pra uma ocupação dessa, será que vai voltar do mesmo jeito que veio?

O ânimo/desânimo em ocupar ou não ocupar o INCRA preencheu parte do tempo de luta das comunidades quilombolas do Marajó, até que no ano de 2017, durante uma assembleia geral da Malungu, o assunto foi colocado em pauta e as regionais<sup>4</sup> Tocantina, Baixo Amazonas e Nordeste Paraense endossaram a ideia da regional do Salgado e a proposta da ocupação foi vencedora, deste modo, apesar das reações

---

<sup>4</sup> A Malungu está organizada de modo descentralizado, com sede em Belém, conta com cinco regionais, Nordeste Paraense, Guajarina, Baixo amazonas, Tocantina e Salgado (esta abrange os municípios do Marajó)



contrárias, a ocupação entrou na programação do movimento como uma agenda e estratégia de luta.

## **2.2. A gente só quer dizer, estamos aqui!: A ocupação quilombola do INCRA.**

Uma vez vencida as resistências e disposições contrárias, era hora de pensar no como ocupar a superintendência do INCRA. Primeiro precisava-se de um grande contingente, e a regional do Salgado assumiu para si a responsabilidade dessa mobilização. Depois os quilombolas buscaram apoio com parceiros a fim de viabilizar a estadia dos quilombolas nas dependências do INCRA pelo tempo que fosse necessário.

No primeiro momento pensamos: ocupar como? Como a gente vai ter um apoio? Como vai ser? O pessoal do MST quando ocupa leva panela, leva tudo pra lá. A gente não levou tudo. Pedimos ajuda pras organizações como a UFPA, para alguns companheiros nossos, a UEPA também, CEDENPA. Aí falaram, se vocês forem pra lá...aí falamos, a gente não tem nada. Nada, nada. A gente não tem nada. A gente não tem comida não tem nada. Se a gente ocupar vocês ajudam? Não a gente ajuda sim, a gente ajuda vocês.

Ao mesmo tempo em que se lançaram na ocupação os quilombolas buscaram mobilizar sua rede de aliados, explicando o que aconteceria e pedindo ajuda tanto das outras comunidades na participação da ação como para outros aliados ajudarem na infraestrutura para manter os quilombolas o tempo que fosse necessário do INCRA. No cálculo do movimento estaria no máximo em 15 dias, o objetivo era forçar a vinda de um representante da sede do INCRA em Brasília que pudesse garantir recursos para a regularização de territórios.

Feitos esses contatos as lideranças quilombolas também conversaram com as lideranças de outros movimentos que já tinham experiência acumuladas na estratégia de ocupar órgãos. Não obstante, os quilombolas terem buscado informações com os movimentos sociais que já tem bastante experiência neste tipo de estratégia, os quilombolas fizeram questão de demarcar suas diferenças.

(...) o pessoal perguntava, vocês vão fazer igual o pessoal dos Sem Terra, vão fechar tudo? Não. A gente não quer fechar tudo. Até porque a gente quer só dizer estamos aqui. A gente quer dá uma olhada nos nossos processos, a gente quer ver como é que tá, a gente quer que vocês deem uma resposta e a gente quer também que saia com data e tudo.



Uma coisa que os interlocutores ressaltaram sobre a preocupação dos quilombolas foi de respeitar à rotina de trabalho no órgão ocupado, rotina esta que eles faziam questão que fosse mantida.

A gente sempre respeitou os espaços. (...) como o INCRA tava em horário normal de trabalho a gente sempre respeitava isso. Sempre a gente se reunia sem fazer zoadas. A gente só fazia nossas músicas/nossas cantorias à noite porque sabia que não taria mais funcionando, aquele horário estaria livre.

A gente não queria incomodar as pessoas que estavam trabalhando e sim a gente queria só fortalecer a gente. Então por isso que a gente fazia nossos tambores à noite pra nós, e aí a gente cantava entre nós no auditório.

Na interpretação dos nossos interlocutores quilombolas, a ocupação do INCRA SR01 além da luta por direitos territoriais foi também um ato de luta contra o racismo, preconceito e a discriminação:

Pra mim isso foi bastante importante, mostrar pras pessoas que tem esse preconceito contra o povo negro, principalmente os quilombolas, que nós somos unidos e pacíficos. Porque até então as pessoas, quando se trata de negros e quilombolas eles acham que vão só pra bagunçar, pra fazer confusão. E a gente mostrou que não somos isso. Somos pessoas comuns que nem as outras pessoas e que apenas estamos lutando pelos nossos direitos que anos e anos foram tirados.

A estratégia de ocupação dos quilombolas foi manter a instituição funcionando, mas com sua presença física constante buscaram criar uma pressão, nas suas próprias palavras “para que a instituição soubesse que estavam ali e atendessem suas pautas”, esta estratégia de manter os portões abertos e a rotina da instituição funcionando buscava também evitar uma criminalização da ocupação que viesse a ser feita pela direção do Instituto, no sentido de acusar os quilombolas de “baderneiros” e dar margem para que a direção do INCRA SR01 pudessem agir no sentido de usar a força policial para obrigar a desocupação do órgão, o que frustraria os objetivos de resistência.

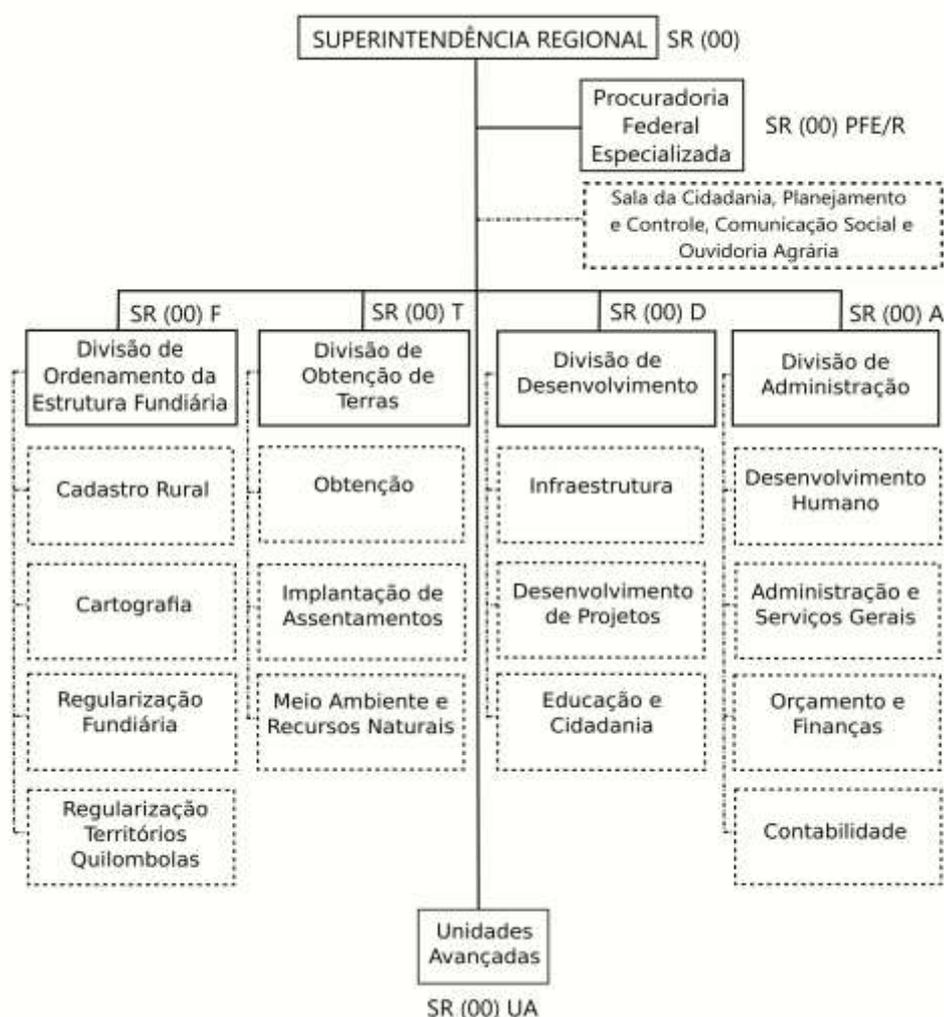
### **2.3- A organização espacial da ocupação: “ocupa três lugares, a rua, o gabinete e o auditório e recria o quilombo na cidade”.**

Antes de falarmos da ocupação em si, gostaríamos de por o leitor um pouco dentro do INCRA para que este compreenda melhor essa dinâmica e a organização do movimento.



O INCRA está organizado em quatro divisões, que corresponde a áreas de atuação do INCRA e a administração. Destas divisões a área diretamente relacionada com a regularização dos territórios quilombolas é a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, conforme mostramos na figura a seguir.

**Figura 1. Organograma das Superintendências Regionais<sup>5</sup>**



Fonte: BRASIL, 2018.

O INCRA em Belém funciona em uma área de bosque, com prédios separados entre si. Os prédios dispostos do mesmo lado são unidos por passarelas cobertas, e separados dos outros prédios por duas ruas e uma área de estacionamento. Além dos prédios principais o INCRA ainda tem prédios na lateral, e uma área cedida à

<sup>5</sup> Disponível no endereço eletrônico: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/organograma\\_sr.gif](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/organograma_sr.gif)

Associação de servidores (ASSINCRA) onde tem quartos que ficam disponíveis para servidores de outros Estados, banheiros, um auditório e um campo de futebol.

**Figura 2. Vista de cima da Superintendência do INCRA em Belém**



Fonte: google maps

No final do prédio identificado com a letra “A” fica o gabinete da superintendência. No prédio C o serviço de regularização de territórios quilombolas; no D fica o auditório principal; no E fica a Divisão de Ordenamento da estrutura fundiária e no F a área de recreação da Assincra, local onde os quilombolas utilizaram para dormir, fazer suas refeições e as rodas de conversa e de músicas.

Optamos por oferecer essa visão da superintendência com o fim de que fosse melhor compreendido a disposição que os quilombolas ficaram, como se distribuíram pela superintendência e suas estratégias, bem como fica mais fácil visualizar a demarcadora diferença no modo de ocupar destes em relação a outros movimentos, e essa diferença não é dada por nós, é reivindicada por eles.

A chegada dos quilombolas foi marcada pelas bandeiras de cada quilombo e pelos tambores coloridos, ambos foram estrategicamente posicionados para chamar atenção na entrada do bloco onde fica o auditório<sup>6</sup>, de modo que todos que entrassem no INCRA podiam ver os símbolos da luta e resistência quilombola.

A dinâmica da ocupação empreendida pelos quilombolas no INCRA definiu uma estratégia de ocupar três espaços, uma parte das pessoas ficou alojada dentro do

---

<sup>6</sup> Os outros movimentos assim que entram põem bandeiras e faixas na frente do INCRA, querem mostrar também para o público externo que ali está ocorrendo uma ocupação e uma luta.



auditório onde se realizavam as reuniões mais amplas, com esta garantia os quilombolas mantinham esse espaço aberto, e com certo controle sobre o mesmo.

O segundo ponto foi manter um grupo na entrada do bloco do auditório, que permitia aos quilombolas explicarem para as pessoas que entravam no INCRA que se tratava de uma ocupação pacífica e que ninguém ia impedir ninguém de entrar e trabalhar, na verdade, segundo os mesmos, eles vieram trabalhar junto com os servidores.

Na entrada do bloco onde fica o auditório, lideranças recebiam quem chegavam de outras comunidades, explicavam o que tinha ocorrido até o momento, registravam a pessoa, levantando nome e localidade e dali a encaminhavam para um dos locais que estava sendo utilizado de base.

Quando o auditório não estava sendo utilizado para reuniões ou palestras, ele servia para que servidores dos Ministérios públicos federal e estadual, enviados pelos respectivos procuradores, levantavam e anotavam as demandas das comunidades, denúncias e já agendavam alguns encaminhamentos. A imprensa também era recebida neste local.

Nos dias que ocorreu a ocupação, as lideranças presentes fizeram questão de se revezar na recepção de novos quilombolas que chegavam, no atendimento à imprensa e para receber os aliados do movimento. Aos novos quilombolas que chegavam informavam como estava ocorrendo a ocupação, alertavam sobre a manutenção da organização, exortavam a não ser feito quebraadeiras e prezar o diálogo.

Essa recepção também servia para se certificar que as pessoas que chegavam eram realmente de quilombolas, pois sempre tinham muito cuidado para que não ocorresse infiltrações de gente estranha que pudessem prejudicar o movimento.

À noite, no espaço F ocorriam as rodas de conversa com cada membro de comunidade quilombola relatando suas experiências, construindo um corpo, nos dizeres dos entrevistados que reforçavam o coletivo como uma família. Coletivo constituído ao longo de quatro dias não apenas entre os quilombolas, mas pelas relações amistosas



com os servidores da casa, com a Associação de Servidores do INCRA (ASSINCRA) e com o pessoal terceirizado que cuida dos serviços gerais.

Esse clima amigável foi importante para que os quilombolas superassem o temor de que a qualquer momento fossem vítimas de alguma violência proveniente de ataques a mando de fazendeiros. “A gente dormia meia noite, uma hora, pessoal tudo preocupado (...) o medo da gente sofrer alguma opressão por parte de algum fazendeiro, mas que graças a Deus as pessoas deram muita força para a gente”. A preocupação com infiltração de terceiros era pela segurança física, mas também pela preservação do movimento:

(...) como não fechamos (o portão) qualquer uma pessoa poderia chegar e dizer que veio para o movimento, pra ocupação quilombola e quando chegasse lá fizesse alguma coisa, atirasse na gente (...) pensamos mais assim, que uma dessas pessoas que estamos pedindo que o INCRA faça reintegração de posse deles mandasse, pagasse alguém que mexesse com a gente ou alguma coisa assim... infiltrar alguém pra fazer baderna, coisa que a gente não pensou.

Nas rodas de conversa à noite se discutia o que ocorreu durante o dia, traçava-se estratégias para o dia seguinte, nessas rodas se construiu as demandas e a ordem de prioridades a serem apresentadas e discutidas pelo movimento com a direção do INCRA e demais órgãos mobilizados, haja vista que as principais demandas cabiam ao INCRA, mas algumas demandas dependiam de outros órgãos.

O espaço da roda de conversa, de “contar causos” e de cantos, era o espaço de solidariedade, da reprodução do quilombo na cidade. Esse clima familiar levou ao estreitamento dos laços entre os membros das diversas comunidades que ali estavam. Foi o lugar da recriação, um lugar no qual, pela energia de seus participantes e dos que ficaram nas comunidades, se conformava uma atmosfera de otimismo, solidariedade e fortalecimento mútuos.

Naquele momento a nossa esperança de conquista da terra voltou de novo. A nossa luta nunca vai se acabar. Ela não se acabou. Pode ter dado assim... não parado, porque a gente permanecia lá na nossa terra, mas perdemos um pouquinho a força, mas naquele momento elas voltaram novamente. Voltou de novo, principalmente pras nossas comunidades que estavam lá, estavam lá naquela ansiedade pra que a gente conseguisse realmente.

Na fala acima vemos que a ocupação e os espaços que foram criados pelos quilombolas durante aquele momento permitiram um diálogo entre si e entre eles e os



demais, a ponto da atmosfera que envolvia a todos se estender até às comunidades onde seus familiares e amigos os esperavam ansiosamente por meio dos contatos telefônicos, postagens no instagram, facebook, conversas pelo whatsapp. Nas entrevistas os interlocutores reforçam que não queriam chamar a atenção sobre eles, mas sim para a causa que lhes tirara de seus lares: a efetivação de seus direitos:

a gente levou nossos tambores como forma de fortalecimento, as nossas cantorias também como forma de fortalecimento. Teve momento que a gente não queria cantar pra que todo mundo escutasse lá, mas sim cantar entre nós, pra dar força entre nós. Nosso carimbó, nossas prosas, contar nossas histórias, ali pra gente, principalmente à noite.

É importante frisar que durante o dia os esforços não eram voltados exclusivamente para as negociações com os órgãos. Tendo em vista que nas salas não cabiam todos, durante o dia também eram feitas diversas atividades para envolver os presentes na ocupação. Estas atividades eram organizadas por temas, sempre contando com a presença de algum aliado ou de pessoas do movimento para atuar como provocadores do debate, desta maneira, conversavam sobre gênero, geração, políticas públicas, experiências entre comunidades, ou seja, a ocupação foi também lugar de mobilização, formação e educação.

Essas atividades ocorriam no espaço da Assincra cedido ao movimento quilombola e no qual eles recriaram o quilombo em si. O local onde eles reforçaram suas energias, retomaram forças e conheceram uma parte da história de outras comunidades quilombolas, reforçando ainda mais a unidade de uns com os outros.

Em relação aos outros movimentos a diferença era nítida e percebida por todos, o que alegrou as lideranças quilombolas, haja vista que um dos objetivos era mostrar que são um povo diferente. Enquanto os outros movimentos quando ocupam a SR fazem questão de mostrar para todos dentro e fora que a superintendência está ocupada, os quilombolas só queriam dizer “estamos aqui” e faziam isso se distribuindo em locais estratégicos, mantendo as bandeiras no local eleito para ser o centro para onde todos podiam ir, no caso, o auditório e mantendo alguns grupos sempre em frente ao prédio onde fica o auditório.



Enquanto o ângulo do movimento estava no espaço F, um espaço distante da onde a vida da superintendência ocorre. Um espaço reservado, assim como eram os antigos quilombos.

Outros movimentos quando ocupam a superintendência se distribuem nas passarelas cobertas e nas entradas dos blocos. Ou seja, concentram-se nas áreas de maior movimento de servidores e do público em geral, que são os blocos A, B, C, D e E.

As passarelas cobertas que ligam um prédio ao outro ficam tomadas por redes e é nas adjacências dessas passarelas que eles também preparam seus alimentos. O estacionamento e as ruas também ficam tomadas por pessoas e bandeiras. Esse espaço é utilizado para fazer discursos, reuniões, rodas de cantoria e místicas e nas últimas ocupação tem também se utilizado o hall do prédio C onde criam espaço para as crianças.

Movimentos como o dos Trabalhadores Sem Terra ainda que fiquem só um dia na superintendência levam todo um aparato. Armam redes, colocam faixas na frente, cobrem o nome do INCRA com a bandeira do movimento. Ocupam de modo que todos saibam, inclusive os transeunte. Os quilombolas, por sua vez, foram muito sutis e cuidaram em não parecerem agressivos.

Eles reforçavam que é muito comum associarem o movimento negro à baderna, negro a barulho e eles queriam mostrar que não são nada disso. Que são pessoas comuns lutando por seus direitos. Temiam manifestações de racismo e mesmo a violência física, temor recorrente em suas falas.

Perguntamos se o medo que eles expressavam era da polícia, e eles afirmaram que temiam que a força policial fosse usada, mas este não era seu maior medo; o que tirava o sono era o medo de um cerco de fazendeiros durante a noite e por isto mantinham vigilância. Ficaram muito aliviados quando tudo correu bem e com muita emoção agradeceram a todos que colaboraram com a ocupação, em especial aos terceirizados responsáveis pelos serviços gerais que foram muito solidários com eles.



### **3- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ocupação quilombola foi uma ação fruto de uma longa maturação, depois de muita resistência foi construída coletivamente tendo as lideranças e pessoas das comunidades quilombolas como principais protagonistas. Nos quatro dias de ocupação a política de regularização de territórios quilombolas que usualmente sofre com o racismo institucional e não recebe a devida atenção da instituição, foi colocada no centro das prioridades da Superintendência Regional do INCRA SR01 e trouxe uma questão que sempre foi central para os quilombolas quando pensavam em realizar a ocupação do INCRA: Esta ação vai fazer avançar as pautas ou vai inviabilizar o diálogo.

No fim, os quilombolas avaliam que saíram vitoriosos, e que a ocupação contribuiu para fazer avançar as pautas. A ocupação quilombola ao invés de fechar o diálogo, pelo contrário, garantiu pela presença quilombola na instituição uma intensificação deste diálogo, um diálogo que não se deu apenas entre os quilombolas e o INCRA SR01, mas também entre os próprios quilombolas nas sucessivas reuniões formais e informais que aconteciam durante o expediente do INCRA ao longo do dia e que a noite continuavam a se realizar intensamente por meio das reuniões e rodas de conversas que aconteciam entre os próprios quilombolas de várias comunidades que estavam ocupando o INCRA.

O diálogo com parceiros e aliados que estiveram na ocupação de dia e/ou a noite também era intenso. O diálogo travado com a gestão da superintendência regional se estendeu também para o INCRA sede em Brasília, com a vinda de um representante da presidência do Instituto.

A ocupação evidenciou para os quilombolas, por meio de suas experiências práticas, conforme demonstraram vários dos interlocutores entrevistados, que a ocupação se apresentou como uma ferramenta que pode acelerar e intensificar o diálogo no sentido de avançar em definições concretas para progredir na política pública para regularização de territórios quilombolas. A ocupação mostrou, segundo afirmação de vários quilombolas entrevistados, que é uma estratégia viável no sentido de fazer avançar a pauta quilombola, e tornou-se, definitivamente, um marco nas novas configurações de luta do movimento quilombola no Pará.



De mudanças logo se conseguiu um implemento no orçamento do ano, que estava naquele ano na ordem de ínfimos R\$ 20.000,00 e conseguiu-se um reforço de R\$ 60.000,00. Também se conseguiu retomar a mesa quilombola que há anos não acontecia e garantiu-se ainda parcerias com outros órgãos e ao final se firmou diversos compromissos a serem executados não só pelo INCRA, mas por outros órgãos presentes e dos quais a regularização depende em algum nível, tudo com o acompanhamento do MPE e MPF e prestação de contas a serem dadas nas mesas quilombolas que foram retomadas e vem ocorrendo regularmente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria** nº 338, de 09 de março de 2018. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder executivo, Casa Civil, INCRA, Brasília-DF, 13/03/2018 (nº 49, Seção 1, pág. 21).

CONAQ. Manifesto pelos Direitos Quilombolas. *In* Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus-AM, UEA Edições, 2010. p. 268-289.

COSTA FILHO, Aderval. Quantos diques devem ser rompidos: instâncias de decisão e entraves ao processo e regularização de territórios quilombolas. *In* Osvaldo Martins de Oliveira (org.): **Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do quilombo no Brasil *In* Osvaldo Martins de Oliveira (org.): **Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de quilombos diante do projeto modernizador de construção da Nação. *In* Osvaldo Martins de Oliveira (org.): **Direitos quilombola & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. *Tomo (UFS)*, v. 11, p. 43-58, 2008.



PRIOSTE, Fernando. Corte na carne negra: Política de titulação de territórios quilombolas tem encolhimento orçamentário de 80% em 2016. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/corte-na-carne-negra-politica-de-titulacao-de-territorios-quilombolas-tem-encolhimento-orcamentario-de-80-em-2016/19749>. Consultado em 14/10/2017.

Projeto Vida de Negro-PVN/Centro de Cultura Negra-CCN-MA. A Luta das Comunidades Negras Quilombolas do Brasil pela Efetivação de seus Direitos. In Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus-AM, UEA Edições, 2010. p. 296-301.

THIOLLENT, Michel J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Editora Pólis, 1982.